UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de Antropologia e Arqueologia
Curso de Graduação em Antropologia

CLARA OLIVEIRA MUCIDA

APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO MODERNISTA:
estudo de caso no IAPI e na Pampulha.

Belo Horizonte

2017

CLARA OLIVEIRA MUCIDA

APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO MODERNISTA:

estudo de caso no IAPI e na Pampulha.

Monografia apresentada a Universidade Federal de Minas Gerias (UFMG) como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Antropologia.

Professor Orientador: Dr Rogério Duarte do Pateo

Belo Horizonte

2017

Mucida, Clara Oliveira.

Apropriação do espaço modernista: estudo de caso no IAPI e na Pampulha / Clara Oliveira Mucida. –Belo Horizonte, 2017.

54 páginas.

Monografia (bacharelado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Departamento de Antropologia e Arqueologia, 2017.

Orientador: Prof. Dr. Rogério Duarte do Pateo, Departamento de Antropologia e Arqueologia.

APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO MODERNISTA:
estudo de caso no IAPI e na Pampulha.

Clara Oliveira Mucida

Prof. Dr. Rogério Duarte do Pateo

Professor-Orientador

Prof. Dra. Fernanda Codevilla Soares

Examinadora

Belo Horizonte,..... de ..... de .....

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a UFMG pela oportunidade de viver anos intensos de crescimento pessoal e profissional. Aos meus pais por todo o apoio, carinho e empenho em me proporcionar essa conquista, especialmente à minha mãe que atenciosamente auxiliou na correção desse texto. Ao meu irmão, minha família e amigos de Curvelo pela compreensão nos momentos de ausência e por todo o amor dedicado a mim.

Aos moradores do IAPI, especialmente à Carla e sua família, que muito gentilmente me receberam durante esses anos de pesquisa. Agradeço por compartilharem suas histórias, casas e sonhos.

Aos amigos da Antropologia e da Arquitetura, especialmente Caroline Martins Rocha e Nayara de Castro Maciel, pela amizade, conselhos e compreensão de todas as dificuldades ao longo das graduações. À Sofia Alvim por contribuir com a elaboração do texto. Ao Gustavo Lima de Almeida pelas alegrias e grande parceria diárias.

Ao professor Rogério Duarte do Pateo que encarou esse desafio junto a mim e, muito atenciosamente, me orientou e acompanhou o desenvolvimento dessa pesquisa. À Fernanda Codevilla Soares que aceitou o convite para contribuir com essa discussão. À Ângela Murakami que nunca mediu esforços e gentileza para compreender as dificuldades e solucionar os problemas burocráticos.

RESUMO

O propósito desta monografia é estabelecer um diálogo entre antropologia e arquitetura para discutir questões relativas à ocupação dos espaços utilizando como campos de pesquisa a Pampulha e o conjunto habitacional Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários (IAPI). Em realidades que sofrem diariamente com a rigidez do planejamento arquitetônico, tento mostrar como a racionalização do estilo modernista é confrontada pelas apropriações desses espaços. Procurei mostrar então, como a suposta universalidade do estilo arquitetônico moderno é colocada à prova, através de todas as formas de manipulações dos espaços feitas pelos usuários.

Palavras-chave: IAPI, Pampulha, Modernismo, ocupação do espaço, usuários, Belo Horizonte.

ABSTRACT

The purpose of this monograph is to establish a dialogue between anthropology and architecture, discussing matters related to the occupation of spaces, using as research fields Pampulha and the housing complex Institute of Retirement and Pensions of Industrialists (IAPI). In realities that suffer daily from the rigidity of architectural planning, I try to show how the rationalization of the modernist style is confronted by the appropriation of these spaces. I tried to show, then, through all forms of manipulation of spaces made by users how the supposed universality of the modern architectural style is put to the test.

Keywords: IAPI, Pampulha, Modernism, space occupation, users, Belo Horizonte

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 11

2. APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO PELO USUÁRIO: UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA 15

2.1. O diálogo entre a antropologia, arqueologia urbana e arquitetura a respeito do espaço 15

2.2. A influência europeia no planejamento das cidades brasileiras 18

2.2.1. Haussmann, o Plano de Paris e o higienismo como alternativas urbanas 18

2.2.2. A aplicação de ideais modernos no planejamento das cidades brasileiras 19

2.3. A urbanização de Belo Horizonte entre o final do século XIX e meados do século XX 20

3. OS ESPAÇOS CONTEMPORÂNEOS A PARTIR DOS SEUS USOS, CONTRA-USOS E INTERVENÇÕES: UMA PERSPECTIVA ETNOGRÁFICA DA PAMPULHA E DO IAPI. 26

3.1. Pampulha 26

3.2. IAPI 31

3.2.1. Elementos estruturantes da imagem de cidade: o IAPI e a paisagem urbana 34

3.3. A vida no conjunto habitacional a partir da experiência como moradora e parte integrante do contexto social 39

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS 46

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 52

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01: Planta Geral de Belo Horizonte 22

Figura 02: Vista da Lagoinha e IAPI.....24

Figura 03: Igreja de São Francisco de Assis.....26

Figura 04: Museu de Arte da Pampulha.....26

Figura 05: Casa do Baile.....27

Figura 06: Tênis Clube.....27

Figura 07: Casa Kubitschek 27

Figura 08: Foto Aérea da Pampulha.....27

Figura 09 Casa Brutalista 28

Figura 10: Casa com armadilhas elétricas.....28

Figura 11: Estudos preliminares para a construção da barragem da Pampulha que funcionaria com reservatório de água para o município.....29

Figura 12: Regata na Lagoa da Pampulha 29

Figura 13: Foto Aérea do IAPI.....32

Figura 14: Festa Junina do IAPI.....33

Figura 15 Praça central sendo utilizada por crianças e idosos.....33

Figura 16: Sala do Apartamento da Carla.....37

Figura 17: Balcão da Cozinha.....37

Figura 18: Quarto Novo.....38

Figura 19: Quarto Original.....38

Figura 20: Antiga Varanda/Jardim.....38

Figura 21: Implantação e Entorno do Condomínio Gênova.....40

Figura 22: Implantação e Entorno IAPI.....40

Figura 23: Jardim Localizado Entre os Blocos do Condomínio Gênova.....41

Figura 24: Área de estacionamento do Condomínio Gênova.....42

Figura 25: Quadra do IAPI.....42

Figura 26: Área entre os blocos do IAPI.....42

Figura 27: Implantação do Conjunto Habitacional Pouso Alegre.....44

Figura 28: Rua interna de acesso aos blocos do Conjunto Habitacional Pouso Alegre.....44

Figura 29: Pátio entre os blocos do Conjunto Habitacional Pouso Alegre.....44

1. INTRODUÇÃO

Meu interesse por uma pesquisa multidisciplinar está diretamente relacionado com o fato de eu cursar duas graduações simultaneamente, Antropologia e Arquitetura e Urbanismo. Em diversas situações percebi uma carência de diálogo entre as duas áreas e a necessidade de aproximação entre ambas. Algumas disciplinas que cursei ao longo das duas graduações revelaram um grande potencial de diálogo entre as duas áreas e me estimularam a prosseguir nesse caminho criando uma pesquisa interdisciplinar que busca ferramentas e arcabouço teórico das duas áreas para analisar e perceber o espaço de uma forma mais completa.

As discussões levantadas na arquitetura a respeito da fundação de Belo Horizonte e das obras modernistas da década de 1940 me levaram a conhecer o contexto da construção do IAPI e a desenvolver a primeira pesquisa sobre o conjunto habitacional. Paralelamente, a graduação em antropologia me conduzia para uma análise da Pampulha a partir da ótica da cidade enquanto o artefato a ser analisado. Nesse momento, percebendo a estreita relação entre os dois campos e a carência de uma discussão antropológica para abordar a ideia de universalidade da arquitetura modernista, dei início à pesquisa, primeiramente para compreender a relação entre os dois contextos.

Minha primeira visita ao IAPI ocorreu no primeiro semestre de 2015, ainda muito influenciada pela perspectiva da arquitetura. Alguns meses depois retornei ao conjunto em busca de uma visão mais antropológica com o objetivo de enriquecer a discussão que estou propondo. Foi nessa situação que tive o primeiro contato mais próximo com a Carla, uma moradora do conjunto. A partir de então, realizei outras visitas ao apartamento dela para analisar as modificações feitas ao longo dos anos nesse espaço de acordo com as mudanças ocorridas na vida dessa moradora.

Simultaneamente às pesquisas de campo que já estava desenvolvendo no IAPI com o propósito de elaboração dessa monografia, as discussões apresentadas na arquitetura sobre a influência do Movimento Moderno para a constituição do Brasil e de Belo Horizonte me expuseram questões cruciais. Dessa forma, consegui perceber no IAPI, no comportamento dos seus usuários e na cidade contemporânea os impactos gerados pela proposta modernista. Entretanto, novamente me senti com

poucos recursos teóricos e práticos para compreender o conjunto da situação e busquei nas discussões antropológicas sobre a relação entre as pessoas e os espaços que elas ocupam.

Foi nesse ponto que me dei conta de como as relações entre espaço, usuário e planejadores estavam, de alguma forma, mal estruturadas como um todo nas nossas cidades. Com todas essas questões me intrigando, encontrei no Movimento Moderno, diversas problemáticas que demandavam algumas respostas. A escolha pelo campo não partiu de uma arbitrariedade minha como pesquisadora nem da tentativa de adequação do campo à teoria. De certa forma, considero que toda a minha trajetória me direcionou para que o próprio IAPI me escolhesse para, naquele espaço, buscar respostas para as questões que foram sendo construídas em mim.

Analisando o diálogo entre a antropologia e a arquitetura, muito pouco foi encontrado no âmbito da abordagem do espaço urbano utilizando essa dupla perspectiva. A partir da minha experiência em dois ambientes tão diferentes, percebo claramente que esse diálogo é, muitas vezes, até mesmo evitado. A arquitetura e o urbanismo têm uma grande dificuldade em lidar com as dimensões culturais tão caras e bem tratadas pela antropologia. Causa-me grande espanto o fato de uma graduação em arquitetura e urbanismo não oferecer nenhuma disciplina obrigatória referente à sociologia, filosofia ou antropologia. Ao mesmo tempo em que percebo essa deficiência, vejo como uma formação técnica, tão visada pela arquitetura, é fundamental para dar à antropologia instrumentos práticos que possam ser utilizados para a materialização das propostas discutidas.

No artigo “Como e Quando Pode um Arquiteto Virar Antropólogo?”, Carlos Nelson Ferreira dos Santos discute várias das questões que motivaram meu trabalho, a partir da crítica aos modelos propostos pela arquitetura. Buscando uma reflexão antropológica sobre os espaços, Santos busca a valorização das pessoas na constituição dos espaços para a criação da uma arquitetura mais justa. O trabalho realizado por ele na favela Brás de Pina no Rio de Janeiro em 1965, representado pelo trecho a seguir, se relaciona com meus apontamentos e questionamentos a respeito dos usos que as pessoas estabelecem mesmo dentro das imposições modernistas no cenário belo-horizontino.

> “De fato, fomos vendo que o mais fascinante resultado do que fazíamos era o que acontecia a partir daí e totalmente fora do nosso controle. Quanto mais inventávamos sofisticadas maquinações sobre o espaço, a economia e os comportamentos sociais, mais éramos superados pelos processos do dia-a-dia individual e coletivo dos moradores” (SANTOS, 1980 p. 42-43)

Henri Lefebvre levanta pontos de fundamental importância para a discussão do espaço como elemento essencial para a reprodução da dinâmica e de valores sociais, influenciando diretamente na constituição dos indivíduos e no papel que cada um deles representa dentro do coletivo. O relato de Carlos Santos corrobora na dimensão da experiência prática e etnográfica o que Lefebvre discute sobre o papel da produção arquitetônica. Esse papel pode ser diretamente relacionado com as dimensões do “espaço concebido” e da “representação do espaço”. Porém, apesar de ser uma produção racionalizada e técnica, esse “espaço concebido” será modificado pelas pessoas que dele se apropriam, criando o “espaço vivido”. (LEFEBVRE, 1991, p.360-363).

Partindo dessa discussão proposta por Lefebvre, passando pela aplicação da mesma nas pesquisas de Carlos Santos, meu objetivo é perceber como os espaços modernistas são compreendidos, percebidos e vividos pelas pessoas, desde a sua construção até a apropriação desse espaço. Nessa pesquisa busco compreender essas relações através de um diálogo entre a antropologia e a arquitetura, utilizando o recorte da interação entre espaço e usuário através das intervenções e reinvenções que são feitas neles.

A maior parte do material utilizado na elaboração da pesquisa foi adquirido através de levantamentos bibliográficos, pesquisas digitais, consulta ao Museu Abílio Barreto, à Casa Kubitschek e ao Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte. As outras informações foram obtidas através do contato formal como pesquisadora com alguns moradores do IAPI e frequentadores da Pampulha.

No primeiro capítulo abordarei a apropriação do espaço pelo usuário desde a influência da reforma de Paris para a construção de Belo Horizonte, passando pelo Modernismo utilizado nas cidades brasileiras até chegar aos processos de planejamento e na forma em que foram dadas as ocupações da Pampulha e do IAPI. Esse capítulo visa esclarecer as principais questões históricas que levaram à consolidação desses dois espaços na década de 1940.

O segundo capítulo busca abordar as discussões propostas no capítulo anterior a partir da experiência da etnografia feita em momentos muito diferentes ao longo do mês de abril de 2015 até os dias em que antecederam a conclusão desse texto. Em várias situações, ideias prévias, foram colocadas à prova exigindo de mim novas pesquisas e exercícios de interpretação.

No decorrer da pesquisa senti a necessidade de vivenciar, de fato, o cotidiano dentro de um conjunto habitacional e, portanto, em fevereiro de 2016 mudei-me para o Condomínio Gênova no bairro Estoril e em 2017 mudei-me para o Conjunto Habitacional Pouso Alegre. Embora ambos os condomínios apresentem grandes diferenças em relação ao IAPI, tive a chance de viver mais próximo da realidade de um condomínio dividido entre centenas de moradores. No segundo capítulo também abordo um pouco dessa experiência e de que forma ela foi relevante para a análise do conjunto IAPI.

2. APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO PELO USUÁRIO: UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA

2.1. O diálogo entre a antropologia, arqueologia urbana e arquitetura a respeito do espaço.

Considerando a carência de um diálogo entre a Antropologia e a Arquitetura, nesse tópico apresento discussões centrais de linhas de pesquisa de cada uma dessas áreas a fim de buscar estabelecer um diálogo que forneça embasamento para sustentar essa monografia.

Dentro das discussões antropológicas sobre o espaço, destaco a produção clássica de Mauss[1]. Sendo reconhecido como um dos primeiros autores a estudar o espaço dentro da perspectiva das ciências sociais, definindo-o enquanto uma realidade social e ressaltando o laço indissociável entre ele e a sociedade que o habita. A partir das contribuições de Mauss (1904/5) que discutem o espaço a partir da ideia de que ele pode ser pensado como uma representação e como uma realidade material, é possível pensar os espaços analisados como reflexo do contexto social. Entretanto, para enriquecer essa discussão é importante chamar para o debate uma abordagem que trate do espaço a partir de uma perspectiva mais completa e mais abrangente, como as propostas de Lefebvre[2].

O espaço para Lefebvre (2000) pode ser dividido em três dimensões que se relacionam de forma dialética, sendo elas: a) prática espacial, caracterizada pela competência espacial de cada um dos membros de uma sociedade; b) representação do espaço e a produção de ordem, signos e códigos específicos praticados pelos planejadores arquitetos e urbanistas; c) espaços de representação, onde a experiência antecede à percepção, ou seja, é a esfera do cotidiano dos habitantes. Ainda sobre as dimensões do espaço, Lefebvre (idem) também discute a respeito de três outras esferas: a) espaço percebido, que combinado diretamente com o conceito de prática espacial, ocorre a partir de concretude da materialidade e

[1] A produção de Mauss referente ao espaço, juntamente com as produções de Durkheim e Halbwachs, também pertencentes à Escola Sociológica Francesa, chegaram às dimensões representativas e materiais do espaço. A partir dessas contribuições, o espaço passaria a ser reconhecido como um objeto complexo e que, para sua análise, demandaria a junção de todas as dimensões. (MAUSS, 1904,5/1979; MAUSS e DURKHEIM, 1903/1969)

[2] Lefebvre desloca o centro de organização do saber das ciências sociais do tempo para o espaço, complexificando e sofisticando as análises do mesmo. A partir de *La Production de l'Espace* (2000), o espaço passa a ser o sujeito da pesquisa e também se torna fonte de compreensão das práticas sociais, reconhecendo assim, o espaço como produto de um processo complexo.

de cada grupo social; b) espaço vivido, diretamente relacionado com o espaço concebido, representa as manifestações que fogem à lógica programada, portanto, as experiências vividas no espaço; c) espaço concebido entendido como a organização do espaço a partir do pensamento, ou seja, é a representação abstrata a partir de um saber técnico.

Esse ponto da discussão antropológica atinge, inevitavelmente, as contribuições e o papel da Arquitetura e do Urbanismo em relação à produção do espaço. Esse papel pode ser diretamente relacionado com as dimensões do “espaço concebido” e da “representação do espaço”. Porém, apesar de ser uma produção racionalizada e técnica, esse “espaço concebido” será modificado pelas pessoas que dele se apropriam, criando o “espaço vivido”. (LEFEBVRE, 1991, p.360-363).

Sustentado por essa discussão, é possível perceber como o espaço criado através das técnicas da Arquitetura e do Urbanismo passa por diferentes dimensões de interpretação e de percepção mediadas pelas singularidades dos indivíduos que utilizam do mesmo. A partir dessa apreensão coletiva, o espaço sofre transformações físicas e modificações de significados.

Utilizando as contribuições da arqueologia histórica a respeito da interpretação do espaço e da própria arquitetura, recorro aqui às contribuições de Foucault (1987) a respeito da arquitetura como tecnologia de poder através do gerenciamento da cultura material com o objetivo de disciplinar os corpos. Foucault, através da percepção do poder enquanto elemento capaz de explicar como se produzem os saberes, descreve as relações de poder como formas díspares e heterogêneas originárias da prática social. Sendo assim, o poder é construído historicamente e materializado com o objetivo de disciplinar os corpos através da arquitetura, por exemplo.

A partir da discussão sobre o Panóptico, é possível associar a produção de Foucault (idem) sobre a arquitetura à capacidade de disciplinar corpos através do ordenamento das atividades, das relações sociais, da determinação dos ambientes e das estruturas que compõe a edificação. Com isso, a arquitetura exerce a função de hierarquizar as relações e ordenar as atividades.

Considerando o espaço doméstico como um dos primeiros meios de manipulação e organização social, a arqueologia urbana entra nesse ponto da discussão com o

papel de fazer uma análise tanto do IAPI quanto da Pampulha, percebendo as modificações sofridas ao longo do tempo.

No segundo capítulo de Paredes que Domesticam: Arqueologia da Arquitetura Escolar Capitalista - O caso de Buenos Aires, Andres Zarankin traça uma importante discussão sobre a arquitetura enquanto forma de “transformação e modelagem” dos espaços, transformando-os em lugares com fortes significados sociais, culturais, econômicos e ideológicos. A partir da ideia de que “a arquitetura denota uma ideologia e possui a particularidade de transformá-la em ‘real’ (material), para desta forma, transmitir seus valores e significados por meio de um discurso material” (ZARANKIN, 2001. p. 41), é inevitável a relação entre arquitetura e os interesses capitalistas por trás do planejamento e execução do IAPI.

Pensando através da ótica da arqueologia urbana, a história do planejamento das cidades está diretamente associada à necessidade de organização do espaço urbano que a partir do século XVIII ganhou contornos mais técnicos, regidos por leis e dirigidos por técnicos (arquitetos e engenheiros). Nesse aspecto, Zarankin discute:

> “Este fato pode ser interpretado como a conscientização, por parte do poder, da necessidade de controlar e manipular o novo mundo urbano, onde o capitalismo se consolidava como modo de produção por meio dos instrumentos como a planificação e regulamentação das construções. A arquitetura começa a ser um instrumento fundamental para a transmissão e reprodução do poder no sistema capitalista.” (ZARANKIN, 2001. P. 44)

Essa perspectiva abre a discussão para o próximo capítulo em que a Reforma de Paris (1853) aparece como fundamentação para a construção de Belo Horizonte, criando um ideal de referência para as políticas aqui empregadas.

A produção clássica da antropologia, discutida aqui à luz de Mauss, passando por Lefebvre e Foucault chegando às aplicações práticas mais modernas, propostas por Zarankin, fornecem a essa pesquisa a fundamentação teórica e prática da percepção do espaço como uma dimensão heterogênea e mutável regida por interesses econômicos diretamente relacionados à ideologia política nos casos específicos do IAPI e da Pampulha. Ideologia esta, materializada na cidade através das técnicas fornecidas pela arquitetura possibilitando a criação de um espaço que molda as pessoas e que, ao mesmo tempo, é modificado por elas, criando o “espaço percebido” e “espaço vivido”.

2.2. A influência europeia no planejamento das cidades brasileiras

2.2.1. Haussmann, o Plano de Paris e o higienismo como alternativas urbanas

Tomando a reforma de Paris da segunda metade do século XIX como referência para o urbanismo empregado no Brasil e especificamente em Belo Horizonte, nesse tópico discuto o Plano Haussmaniano para Paris e as políticas higienistas.

Inserida no contexto de modernização das cidades, a reforma de Paris está relacionada com o grande crescimento urbano motivado pela Revolução Industrial. A intensa ocupação das grandes cidades europeias trouxe mudanças na estrutura física, social e econômica dos centros urbanos. Como consequência desse crescimento acelerado, os problemas relacionados à violência, à miséria e às grandes epidemias tornaram-se ainda maiores e ocasionaram revoltas urbanas. Decorrente dessas modificações nas cidades, surge o que Foucault chama de "medo urbano".

> (...) medo da cidade, angústia da cidade que vai se caracterizar por vários elementos; medo das oficinas e fábricas que estão se construindo, do amontoamento da população, das casas altas demais, da população numerosa demais; medo, também, das epidemias urbanas, dos cemitérios que se tornam cada vez mais numerosos e invadem pouco a pouco a cidade; medo dos esgotos, das caves sobre as quais são construídas as casas que estão sempre correndo o perigo de desmoronar... Este pânico urbano é característico deste cuidado, desta inquietude político-sanitária que se forma à medida que se desenvolve o tecido urbano. (FOUCAULT, 1984, p. 87)

Como alternativa para solucionar essas questões decorrentes do crescimento acelerado das cidades, os dirigentes políticos encontraram nas propostas dos pré-urbanistas progressistas[3] e no higienismo uma possível solução para o caos urbano. Porém, cabe ressaltar que os modelos propostos por essa corrente teórica têm um caráter autoritário por se distanciar da cultura e das tradições locais, já que buscavam um modelo atemporal e possível de ser aplicado em qualquer lugar. Ainda assim:

> (...)alguns governantes resolveram adotar como modelo de reurbanização para suas cidades algumas das sugestões dos utopistas. Com base na valorização de ideias como circulação, centralidade e renovação foram realizadas profundas e amplas intervenções em algumas capitais da Europa durante a segunda metade do século XIX. (COSTA, 2013)

[3] Pré-urbanistas progressitas: intelectuais que propuseram como solução para as questões urbanas modelos mais racionais com grandes vazios, espaços abertos, amplos e com áreas verdes para manutenção da higiene. Ver: CHOAY, 1965.

Buscando solucionar os problemas urbanos enfrentados em Paris, Napoleão III deu início ao plano de reforma da capital, criado por George Haussmann. Dentre as obras de reurbanização das grandes cidades europeias, o audacioso Plano de Haussmann tornou-se o mais conhecido, seja pelas grandes intervenções esteticamente aprazíveis ou pelas intensas discussões sobre a segregação espacial criada.

O plano proposto por Haussmann tinha como objetivo assegurar a popularidade da capital através de um traçado urbano que dificultasse revoluções, facilitasse o controle militar e melhorasse as questões sanitárias. A partir desses preceitos, entre 1853 e 1870 as vielas medievais deram lugar a ruas largas e retilíneas, foram executadas obras de iluminação pública, redes de esgoto, abastecimento de água e construção de edifícios públicos. (DELGADO; DEMARZO; PORTO; SECCO; VERBICARO, 2015)

A cidade moderna tornava-se então caracterizada pela superação do traçado labiríntico medieval privilegiando a criação dos boulevares, praças, ruas largas para que a circulação se adaptasse à velocidade da máquina e reforçasse a ideia de higiene. A cidade burguesa segregou as classes sociais em áreas distantes, destruindo bairros inteiros para dar espaço para o capital crescente.

2.2.2. A aplicação de ideais modernos no planejamento das cidades brasileiras

A reforma de Paris trouxe um novo modelo para a discussão do urbanismo. As soluções empregadas no seu plano contrariaram os costumes locais, substituindo a economia local por uma economia mais abrangente; gentrificou[4], expulsando as classes baixas para áreas distantes do centro; segregou as classes diferentes com o objetivo de abrir espaço físico e econômico para a expansão do capital. Ainda assim, o Plano de Haussmann foi referência mundial do urbanismo moderno, sendo ele considerado o primeiro urbanista moderno, por vários modernistas, inclusive por Le Corbusier. (CHOAY, 1965).

[4] Sobre gentrificação ver: BATALLER e BOTELHO, 2012.

A influência da reforma de Paris se difundiu pelas cidades europeias como Viena, Berlim e Roma. Essa referência alcançou os Estados Unidos através da reforma de Chicago, também foi baseada em Paris. Como não poderia ser diferente, no Brasil as reformas do Rio de Janeiro, liderada por Pereira Passos, e de Salvador, liderada por José Joaquim Seabra, também seguiram os preceitos higienistas e modernistas de Haussmann.

Tanto no Rio de Janeiro quanto em Salvador, as reformas tinham o propósito de tornar as cidades atrativas turística e economicamente. Para isso, a cidade colonial, pobre e informal foi negada, tendo favelas e construções antigas totalmente derrubadas para dar lugar à abertura e alargamento das vias.

Diferente dessas duas cidades brasileiras que são datadas do período colonial, Belo Horizonte foi totalmente planejada e construída a partir dessas referências urbanística modernas no final do século XIX. Com o objetivo de criar uma cidade moderna que rompesse com o passado, representasse crescimento econômico e ainda remetesse à produção estilística europeia, Belo Horizonte foi planejada em 1895 para ser a nova capital de Minas Gerais.

Todas as obras inspiradas no Plano de Haussmann eram pautadas no interesse de racionalizar os espaços públicos exercendo uma política higienista que previa a abertura de grandes e largas avenidas e a criação de grandes jardins e parques. O caso de Belo Horizonte não foi diferente, o que refletiu em um modelo de planejamento em prol da ideia de “modernização”.

2.3. A urbanização de Belo Horizonte entre o final do século XIX e meados do século XX

A mudança da capital de Minas Gerais tem uma estreita relação com a situação política no Brasil. A necessidade de transferir a capital de Ouro Preto para outra localidade está imbricada com o início da República no Brasil (1889-1930). Os líderes políticos passaram a ser, principalmente, a elite agro-exportadora do estado. Nesse período, a Economia Cafeeira assumia a principal atividade econômica do país, enquanto a mineração passava por um processo de estagnação. A elite cafeeira tinha interesse na região do Vale do Marçal, na Zona da Mata, para receber

a capital, enquanto os mineradores não queriam que houvesse qualquer mudança. A escolha do Curral Del Rei foi feita pelo Congresso Mineiro, mesmo contradizendo os estudos prévios sobre as potencialidades de cada uma das áreas.

A concepção do projeto de Belo Horizonte remonta os princípios positivistas e os critérios de modernidade da época. A nova capital deveria refletir os ideais de modernidade das elites, o lema da bandeira “Ordem e Progresso” e inaugurar um período de transformação política, econômica e social marcado pelo fim do Império. O desprendimento da estrutura Barroca de Ouro Preto era fundamental para desfazer a imagem negativa das cidades brasileiras marcada pela insalubridade, por epidemias, por problemas sociais e econômicos.

Segundo o Decreto n.803, de 11 de janeiro de 1895, a malha urbana de Belo Horizonte seria composta por “seções, quarteirões e lotes, com praças, avenidas e ruas necessárias para a rápida e fácil comunicação de seus habitantes, boa ventilação e higiene”. Nesse aspecto, o planejamento urbano de Aarão Reis segue exatamente os preceitos norteadores da reforma de Paris. A partir dos ideais higienistas, a proposta foi entregue ao Governo do Estado de Minas Gerais em 1885. Dentro desse plano, Belo Horizonte seria planejada, detalhadamente, para receber os funcionários e todo o aparato administrativo do Governo do Estado de Minas Gerais. Aarão Reis planejou a cidade para 200.000 pessoas, sendo que a ordem de ocupação do espaço seria do centro para as periferias.

> “Às ruas fiz dar largura de 20m, necessária para a conveniente arborização, a livre circulação de vehiculos (sic), o tráfego dos carris e os trabalhos de collocaçoes (sic) e reparações das canalizações subterrâneas. Às avenidas, fixei a largura de 35m, sufficiente (sic) para dar-lhe a belleza (sic) e o conforto que deverão, de futuro, proporcionar a população. Apenas a uma das avenidas que corta a zona urbana de norte a sul, e que é destinada a ligação dos bairros oppostos (sic) - dei a largura de 50m, para constituí-la em centro obrigado da cidade e, assim, forçar a população, quando possível, a ir-se desenvolvendo do centro para a periferia, como convém a economia municipal, a manutenção da hygiene (sic) sanitária, e ao prosseguimento regular dos trabalhos technicos (sic). Essa zona urbana é delimitada e separada da suburbana por uma avenida de contorno que facilitará a conveniente distribuição dos impostos locaes (sic), e que, de futuro, será uma das mais apreciadas bellezas (sic) da nova cidade. A zona suburbana de 24. 930. 830 m2 – em que os quarteirões são irregulares, os lotes de áreas diversas, e suas ruas traçadas de conformidade com a topographia (sic) e tendo apenas 14 de largura-circundada inteiramente a urbana, formando vários bairros, e é, por sua vez, envolvida por terceira zona de 17. 474. 619 m2, reservada aos sítios destinados à pequena lavoura. Para a localização dos primeiros 30.000 habitantes estão reservadas apenas as seções I a VII da área urbana (com 4.395.212 m2), I e VI da zona suburbana (com 3.855.993 m2), comprehendidas (sic) todas

> na faixa determinada por duas linhas parallelas (sic) traçadas pelo eixo das avenidas Christovão Colombo e Araguaya (sic) (SALGUEIRO, 1997, p. 273-274 apud COSTA e ARGUELHES, 2008, p. 119)

O traçado das ruas de Belo Horizonte se caracteriza por dois sistemas retangulares sobrepostos e relacionados por uma angulação de 45º. O desenho urbano é marcado por uma rede de avenidas que privilegia a “lógica dos fluxos”, assim como em Paris. O desenho reflete a estratificação social de acordo com a disposição dos elementos na cidade. A distribuição dos serviços e da infraestrutura não se deu de maneira igual entre a área central, a suburbana e a rural. O interesse do projeto era privilegiar as classes dominantes e destinar às classes trabalhadoras a função de produzir alimentos e de fornecer mão de obra para as elites.

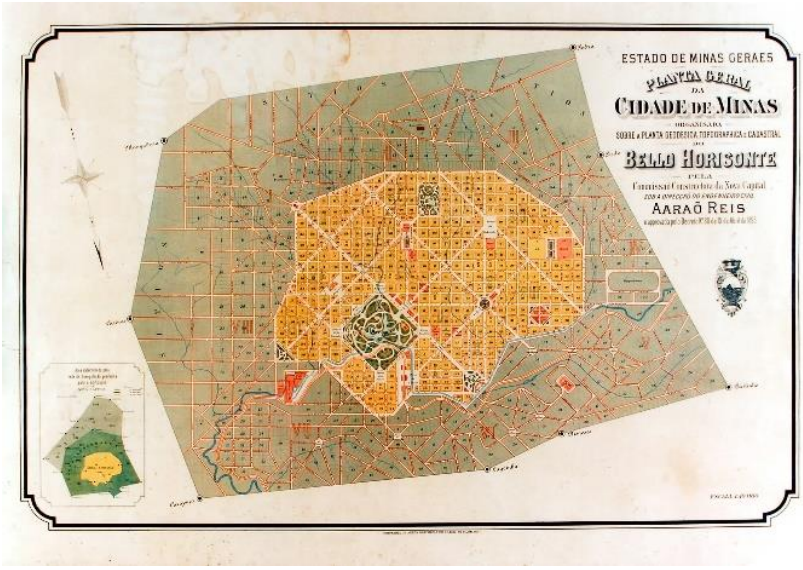

Figura 1 - Planta Geral de Belo Horizonte, 1885. FONTE: PBH

As ideias positivistas estavam fortemente marcadas no tipo de implantação feita. A topografia, naturalmente acidentada do Curral Del Rei não foi em momento algum respeitada pelo projeto proposto. O padrão de gradeamento ortogonal não é adequado para o terreno ao qual foi implantado. Essa proposta ressalta os princípios difundidos na época, como manipulação e controle da natureza e extrema racionalidade, para reafirmar a superioridade científica.

O zoneamento previsto para a cidade era dividido em Zona Urbana, Zona Suburbana e Zona Rural, caracterizada pelas áreas verdes. A Zona Urbana era caracterizada, principalmente, pela Avenida Afonso Pena que fazia uma ligação entre Norte e Sul. Os parques e as praças nessa área foram minuciosamente planejados. Outra característica importante dessa área é a canalização dos rios que

compunham essa paisagem para receber o traçado rígido e ortogonal do projeto. Essa zona foi planejada para receber os funcionários do estado e proprietários de funções estaduais. Nessa área existia a proibição de instalar estábulos, chiqueiros ou casas de capim.

A Avenida do Contorno fazia a fronteira entre a Zona Urbana e a Suburbana. Ela era uma forma de segregar espacialmente pessoas de classes diferentes e também de controlar a entrada e saída de bens e pessoa. A Zona Suburbana era composta por quarteirões irregulares, lotes de tamanhos variados, ruas mais estreitas e traçadas de acordo com a topografia. Por ser não ser a área central, nela existia a lavanderia municipal, o incinerador de lixo, o cemitério e um matadouro. Essa área, destinada para os operários, cresceu de maneira mais livre.

2.1.1 O processo de planejamento e ocupação da Pampulha e do IAPI

Após traçar um panorama histórico da construção de Belo Horizonte, nesse capítulo chego ao período de maior relevância para essa pesquisa. A partir dos anos de 1940, Belo Horizonte enfrentou um segundo período de drásticas modificações arquitetônicas e urbanísticas. Diferente do período da sua fundação, os anos 40 são marcados pelos ideais Modernistas que floresciam, principalmente no Brasil, e ganhavam o mundo.

Sob a gestão do prefeito Juscelino Kubitschek, na década de 40, Belo Horizonte passava por um importante e radical processo de crescimento e planejamento urbano. Influenciado pelos ideais modernistas de funcionalidade, várias obras foram executadas na gestão de JK com o objetivo de tornar a cidade mais desenvolvida e moderna. A criação do complexo da Pampulha remonta esses ideais elitistas e higienistas tão fortes do Movimento Moderno. Niemeyer foi o arquiteto contratado para planejar várias dessas obras que mudariam Belo Horizonte. O resultado do investimento de JK foi a criação de um complexo de lazer extremamente elitista que traria fortes consequências para os anos seguintes.

O IAPI (Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários), construído na década de 1940, foi um dos importantes empreendimentos que marcaram a gestão do prefeito Juscelino Kubitscheck. Pautado em uma política higienista, o projeto do

IAPI tinha o objetivo de amenizar os problemas relacionados à habitação popular no Bairro São Cristóvão. O interesse em investir nessa área pode ser relacionado com o fato de a região ser o ponto de ligação entre a área central de Belo Horizonte, a Vila Pedreira Prado Lopes e a Pampulha, local em que estavam sendo concluídas as obras do conjunto modernista de Niemeyer.

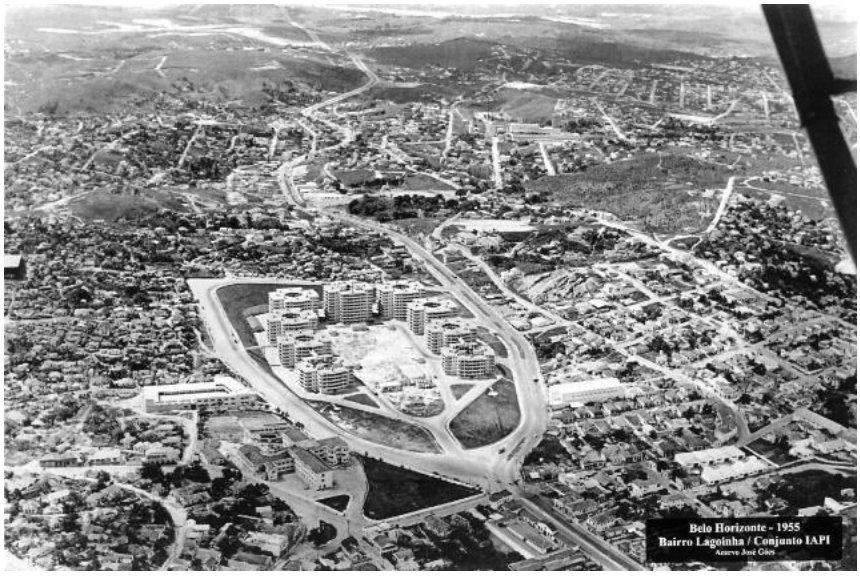

Figura 2-Vista da Lagoinha e IAPI,1955. Fonte: URBEL

A construção do IAPI foi viabilizada por uma parceria firmada entre a Prefeitura, o IAPI e a CASA (Companhia Auxiliar de Serviços de Administração). O início das obras ocorreu em 1944 e a inauguração ocorreu em 1947, porém apenas em 1950 os primeiros moradores receberam as unidades habitacionais. Juntamente com o início das obras do IAPI, o Hospital Odilon Behrens foi inaugurado. Com exceção desses dois grandes empreendimentos, a região era caracterizada por pequenos e escassos comércios. A Avenida Presidente Antônio Carlos tinha sido recém-criada, substituindo uma antiga estrada que dava acesso à região norte de Belo Horizonte.

Quando as obras foram finalizadas, o objetivo inicial, de relocação dos moradores da Pedreira Prado Lopes que habitavam o terreno usado para a implantação do IAPI, foi deixado de lado. Dessa forma os apartamentos foram “destinados aos contribuintes do Instituto, aos funcionários da Prefeitura Municipal e a ex-combatentes da II Guerra Mundial. (NERY, 2005 p. 15)

Com esse cenário em transição e com a chegada dos 5.000 moradores do IAPI houve na área uma mudança na rede de comércios, nas relações sociais e na própria paisagem urbana. O IAPI foi um marco não só no entorno imediato, ele gerou um impacto na arquitetura do Brasil como um todo. Por ser o primeiro conjunto habitacional verticalizado do país, o IAPI foi uma proposta inovadora em um período de experimentação da arquitetura. Implantado em um bairro operário com moradias características de comunidades, o IAPI representou e ainda representa um contraste na paisagem: entre tantas casas unifamiliares nove torres grandes se destacam ao longe.

3. OS ESPAÇOS CONTEMPORÂNEOS A PARTIR DOS SEUS USOS, CONTRA-USOS E INTERVENÇÕES: UMA PERSPECTIVA ETNOGRÁFICA DA PAMPULHA E DO IAPI.

Nesse capítulo apresento e discuto as experiências etnográficas nos diferentes contextos estudados a partir da uma abordagem tanto antropológica quanto arquitetônica. Dessa forma, busco analisar as experiências de uma forma multidisciplinar levantando os pontos positivos e negativos de cada um dos cenários.

3.1. Pampulha

Utilizando os conceitos abordados pela Arqueologia Urbana, é possível caracterizar essa pesquisa sobre a Pampulha como um trabalho de arqueologia da cidade, já que a área foi tratada como um estudo de caso. Nesse sentido, a cidade de Belo Horizonte, como um todo, pode ser caracterizada como o sítio e a Pampulha como um super-artefato[5] a ser analisado.

Pensando os fatos históricos que levaram a constituição do que hoje é conhecido como o Complexo Modernista da Pampulha, muitos questionamentos a respeito desse espaço podem ser levantados. A reflexão sobre o planejamento urbano e arquitetônico da área nos anos de 1940 traz um questionamento sobre qual parcela da sociedade seria atendida por aquelas obras e qual o reflexo desse modelo de "modernização" na contemporaneidade. Abaixo são apresentas as cinco edificações que compõe o conjunto modernista:

Figura 3 - Igreja de São Francisco de Assis, 2010. Fonte: SouBH

Figura 4 - Museu da Arte da Pampulha,, 2012. Fonte: SouBH

[5] Artefatos, na perspectiva arqueológica, são os objetos que passaram por modificações humanas, e, por isso, representam a agência humana. No caso da Arqueologia Urbana, esses artefatos podem ser as edificações que serão estudadas.

Figura 5 - Casa do Baile, 2012. Fonte: PBH

Figura 6 - Tênis Clube, 2006. Fonte: CMBH

Figura 7 - Casa Kubitschek, 2016. Fonte: PBH

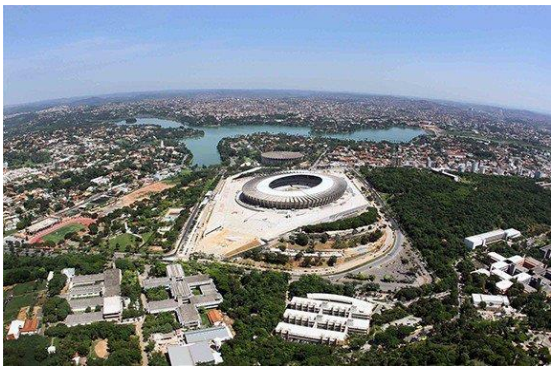

Figura 8 - Foto Aérea da Pampulha, 2012. Fonte: Wikipédia

Dentro da perspectiva de Zarankin (2012), as paredes podem ser como “corpos-congelados” que excluem ou corpos que convidam. Relacionando os fatos históricos, a contribuição de Andres Zarankin e às pesquisas de campo feitas, é possível ver como a proposta inicial da Pampulha, de criar um complexo de lazer isolado e segregador, continua presente através dos muros das construções: nas edificações mais novas os muros são consideravelmente mais altos e nas antigas é possível perceber reformas que aumentam os muros e os equipamentos de segurança como cercas elétricas, concertinas, câmeras e guaritas.

O ideal de criar-se um complexo de lazer afastado do centro, de difícil acesso e com terreno caro, fez com que aquela área se fechasse para a cidade e para os problemas urbanos que ela carrega. Entretanto, o crescimento urbano em direção ao Vetor Norte de Belo Horizonte democratizou o acesso à Pampulha com equipamentos como a Estação da Pampulha, aumentando o número de linhas que atendem à região e até mesmo a popularização das atividades na orla da lagoa. Essas modificações trouxeram uma nova realidade para a região e, principalmente, para os proprietários das típicas casas de final de semana. Na década de 1940, a

própria construção do conjunto da Pampulha representava um “corpo-congelante” (ZARANKIN, 2012) e excludente, entretanto, como alternativa para essas modificações urbanas, a alteração nos padrões dos muros revela um método para continuar negando a popularização da área.

> As paredes, que em outro momento teriam a função simbólica de delimitar um lote, (...) se transformaram em verdadeiras barreiras que impediram qualquer tipo de interação com o outro. (ZARANKIN, 2012 p.27)

Essas paredes criam os “enclaves fortificados”, instrumentos de segregação espacial que utilizam de monitoramento, são fechados e privatizados (CALDEIRA, 2003). Esse tipo de padrão de edificações exerce uma grande influência na constituição da paisagem por restringir o acesso e por bloquear até mesmo o contato visual entre as pessoas. Esse modelo continua gerando uma segregação espacial e social entre os usuários do espaço urbano estimulando a intolerância às diferenças e reforçando o ideal elitista proposto pelo modernismo na década de 1940.

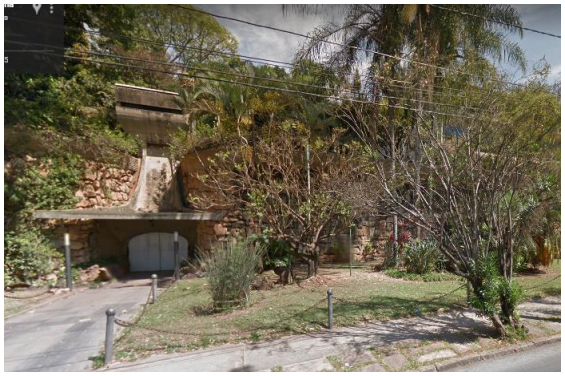

Figura 9 - Casa Brutalista, 2015. Fonte: acervo da autora

Figura 10 - Casa com armadilhas elétricas, 2015. Fonte: acervo da autora

A segregação espacial materializada pelo afastamento em relação ao centro, atualmente foi substituída pelos muros das casas que continuam exercendo essa função de uma maneira ainda mais local: se fechando para os frequentadores do bairro que hoje podem acessá-lo. É possível perceber, então, como a escala da exclusão se modificou com o passar dos anos e como a região da orla da lagoa busca recursos para se manter segregada dos demais bairros da Regional Pampulha.

Um desses bairros, a Vila Aeroporto, localizado na divisa do Aeroporto da Pampulha, é um exemplo de apropriação e de contra-uso da função da terra dentro da Regional Pampulha. Fixada em um terreno que pertencia ao aeroporto e que não poderia ser ocupado, a ocupação da Vila Aeroporto representa parte da exclusão que o Complexo Modernista ocasionou na região. Portanto, essa população atingida pelo projeto elitista se fixou em uma área menos nobre da região: em uma ilha delimitada pelo Córrego do Onça que abasteceria a lagoa.

O levantamento histórico e bibliográfico revelou a transformação dos usos na área de estudo, como a Lagoa da Pampulha, por exemplo. A princípio, a lagoa foi criada como reservatório de água na década de 1930 para abastecer a população. Essa medida foi tomada na gestão de Otacílio Negrão de Lima para solucionar a questão de abastecimento hídrico e já passava a preocupar as autoridades em decorrência do crescimento populacional.

Após um período de abandono, finalmente a lagoa adquiriu o caráter de espaço de lazer, nos anos 1940 com a proposta de Juscelino Kubitschek. A proposta para a lagoa dentro do complexo seria abrigar esportes náuticos e servir, inclusive, como forma de conexão entre diversas partes da orla. Entretanto, essa proposta não chegou a ser concluída da forma que era prevista e essas atividades só ocorreram de 1942 até 1954 quando houve o rompimento da barragem e o impedimento de esportes náuticos.

Figura 4 -Estudos preliminares para a construção da barragem da Pampulha que funcionaria com reservatório de água para o município. Década de 1930. Fonte: MHAB

Figura 12 - Regata na Lagoa da Pampulha. Década de 1940. Fonte: MHAB

Atualmente a lagoa não exerce nenhuma dessas funções de origem da sua criação e é um local proibido para nadar e pescar. Para além da pesquisa teórica, a etnografia possibilitou que eu percebesse além da transformação dos usos, os contra-usos que existem na área. Atualmente existe a restrição para o nado e pesca na lagoa, porém, a partir das visitas e entrevistas, pude comprovar como esses usos determinados são desobedecidos. As pessoas utilizam a lagoa como local de pesca e muitas vezes de recreação. Essa característica chama a atenção para o fato de que, embora os lugares possam direcionar comportamentos, as pessoas sempre encontram formas de driblar esses direcionamentos e deixarem marcas (pitocos, anzóis, varas, iscas, isopor, lixo) dessas intervenções nos espaços.

Além da lagoa, várias das edificações modernistas sofreram transformações de usos. A Casa Kubitschek que foi construída para receber JK e a família aos finais de semana, atualmente funciona como um museu. Porém, o perfil desse museu se diferencia da Casa do Baile, por exemplo. A Casa Kubitschek possui uma exposição fixa sobre a história da Pampulha, tem seu interior todo aberto à visitação com o objetivo de apresentar a casa modernista e, além disso, possui uma programação que busca convidar a população a partir de atividades nos dias de semana, de programas em parceria com a Prefeitura de Belo Horizonte com a finalidade de contribuir para a educação infantil sobre a importância da Pampulha. A etnografia desse espaço revelou um público diversificado variando entre moradores da região, moradores de áreas distantes, oficineiros que prestam serviço para os programas da PBH dentro da Casa. A partir dessa pequena amostra, foi possível perceber como esse ambiente articula propostas e públicos diferentes.

A Casa Kubitschek, diferente da maior parte das demais residências da orla, não possui muros, mas sim uma cerca baixa para delimitar a área pública da privada. Essa solução arquitetônica gerou um espaço mais convidativo que atribuo ao fato de a casa receber um grande público que exerce diferentes programações dentro do mesmo espaço. Encontrei pessoas que estavam visitando a casa enquanto museu, pessoas que procuravam os jardins da casa para descansar e pessoas que estavam em busca das atividades oferecidas pelo PBH. Com uma estrutura física que faz jus

à máxima modernista de “menos é mais”[6], a Casa Kubitschek proporciona um espaço convidativo e articulador entre diferentes públicos.

3.2. IAPI

A etnografia feita no IAPI ocorreu de uma forma muito diferente das pesquisas de campo realizadas na Pampulha. Em 2014, quando buscava informações sobre o Conjunto Habitacional, conheci Carla, uma moradora que cresceu no condomínio. Logo no início apresentei minha proposta de pesquisa e perguntei se ela poderia me auxiliar ao longo do tempo. Esse primeiro contato foi marcado por certa desconfiança e um pouco de desconforto por parte dela. Porém, com o passar do tempo, a relação entre pesquisadora e entrevistada foi ganhando solidez, acredito que em função do contato firmado através de mensagens e internet. Quando consegui superar essa fase de desconforto, a relação passou a fluir de uma forma muito mais natural e desinteressada. Além dessa relação mais próxima com ela, ao longo do tempo também entrevistei outros moradores com o objetivo de compreender melhor as relações sociais dentro do IAPI.

Pensando em uma organização didática, chamo o primeiro contato feito e o período de construção de relações mútuas de confiança de “Primeira Fase Etnográfica”. Após essa etapa, foi possível perceber como a pesquisa ganhou um viés baseado na confiança e no interesse em ajudar. Esse momento, que chamo de “Segunda Fase Etnográfica”, se destaca pelo fato de eu ter conseguido a permissão para conhecer a intimidade do lar de Carla. Essa fase foi executada a partir da autorização da moradora para que eu entrasse no condomínio, conhecesse suas dependências, fotografasse e fizesse entrevistas gravadas.

Segundo as entrevistas com Carla, o apartamento em que ela vive com a família é alugado. Entretanto, os pais dela possuem outro apartamento no condomínio há mais de 50 anos onde Carla passou a maior parte da vida. No período das primeiras entrevistas, Carla tinha 45 anos, ou seja, ela viveu toda sua infância e adolescência no condomínio. Quando jovem, a moradora deixou o IAPI para viver em uma casa

[6] A expressão “menos é mais” foi cunhada pelo arquiteto Mies van der Rohe para fazer referência a uma linguagem arquitetônica clara com elementos geométricos simples e ausência de ornamentos. Esse padrão se tornou referência para a concepção das obras modernistas.

na Regional Norte de Belo Horizonte. Entretanto, ela relata que não teve uma experiência feliz, ainda que o espaço fosse mais generoso. Ela atribuiu essa experiência ao fato de ter passado a vida inteira no mesmo lugar que possibilitou a criação de laços e uma ligação sentimental com o conjunto.

Figura 13 - Foto Aérea do IAPI. Fonte: Blog do IAP

Para analisar esse ponto do campo, chamo para discussão o pensamento de Halbwachs. Influenciado pelos estudos de Freud, Halbwachs (2006) aborda a recordação e a memória como elementos presentes no contexto social e coletivo. Sob uma perspectiva de “psicologia coletiva”, ele busca entender como a memória é determinante e influencia no sentimento de pertença. Para Halbwachs, a ideia de que o coletivo condiciona o individual é de fundamental importância para a sua contribuição no campo da memória.

Halbwachs considera, em menor escala, a existência da memória individual, que ele chama de “intuição sensível”. Essa memória individual é responsável por constituir cada faceta da memória coletiva. Portanto, o autor ressalta a importância dos indivíduos na constituição do coletivo.

Durante a pesquisa de campo foi possível perceber a importância das memórias individuais quando, no momento de algumas entrevistas, os moradores mais antigos relatavam lembranças que remontam o passado no IAPI: a relação com a praça central, as brincadeiras das crianças, a rivalidade entre os blocos, o evento do Cine

Grátis, os hábitos cotidianos. A relação das pessoas com essas memórias influencia o modo de vida contemporâneo no IAPI e, de alguma forma, mantém a dinâmica interiorana comum dos primeiros anos do conjunto. Ainda que muitas dessas experiências estejam apenas no campo das lembranças dos moradores mais antigos, foi possível perceber como a persistência em manter vivas essas memórias através da oralidade, da sistematização da história do IAPI por meio de site, fotos, documentários, mantém o passado vivo e estimula, por exemplo, o uso das áreas comuns e a cooperatividade entre os moradores. Essas influências manifestadas no cotidiano influenciam na conformação da memória coletiva pelas memórias individuais a partir do desejo de manter vivas características tão valorizadas pelos moradores.

Figura 14 - Festa Junina do IAPI, 201. Fonte: Amigos do IAPI e Bairros Adjacentes

Figura 15 - Praça central sendo utilizada por crianças e idosos. Fonte: MRV

Dentre os entrevistados, existe uma variação muito grande de faixas etárias, desde crianças até idosos com mais de 100 anos. Essa diversidade permitiu que diferentes memórias fossem acessadas. Durante as entrevistas, foi possível constatar fatos que as gerações mais novas, geralmente os netos dos primeiros moradores, relatavam, embora não tivessem vivenciado. Um exemplo desse fato é quando alguns jovens lembram do período do Cine Grátis[7] que eles, claramente, não viveram.

[7] Na década de 1950, o Cine Grátis era um programa voltado para o entretenimento das classes baixas, inspirado no estilo de vida norte americano. Para o evento era montada uma estrutura temporária para projeção de filmes na praça central do IAPI onde os moradores se reuniam. Era um programa com o intuito de modernização e de melhoria do acesso a eventos culturais.

A memória histórica, para Halbwachs, é aquela que precede a existência e que se faz acessível através de registros ou da memória de outras pessoas. Entretanto, memória histórica é diferente de história e memória:

> Na visão de Halbwachs a história difere da memória principalmente pelo caráter de registro do passado, fixado pela escrita, enquanto que a memória é fruto dos testemunhos de uma época, remontando sempre a um presente em movimento. (PEREIRA e WEBER, 2010 p. 109).

As memórias levantadas ao longo das conversas se relacionam claramente com o IAPI contemporâneo, seja no estímulo às atividades infantis antigas para as crianças do presente, seja no saudosismo dos hábitos do passado que, de alguma forma se mantém, como sentar no bar ou na praça para conversar e até nos costumes interioranos de ter uma relação de proximidade com os vizinhos.

3.2.1. Elementos estruturantes da imagem de cidade: o IAPI e a paisagem urbana

Ao longo dos anos, o IAPI se consolidou, além da referência habitacional, como um elemento físico de grande impacto na paisagem. Em função disso, a imagem da cidade passou por modificações e, de alguma forma, o IAPI tornou-se uma referência espacial que interferiu no tecido urbano.

A partir da proposta de Kevin Lynch (1960), os elementos que as pessoas utilizam para estruturar a imagem da cidade, podem ser agrupados em cinco aspectos determinantes: caminhos, limites, bairros, pontos nodais e marco visual. Autor de “A Imagem da Cidade”, obra de bastante influência sobre o assunto, Lynch propõe a análise da estrutura desses elementos para entendimento do tecido urbano e as partes que o integram.

Os caminhos são canais ao longo dos quais o observador costumeiramente, ocasionalmente, ou potencialmente se move. "Podem ser ruas, calçadas, linhas de trânsito, canais, estradas-de-ferro” (LYNCH, 1960 p. 47). Os limites são elementos lineares constituídos pelas laterais de duas regiões distintas configurando quebras lineares na continuidade, mas que, ao mesmo tempo, são também contínuos na sua forma e sem permeabilidade à circulação. O conceito de bairro de Lynch refere-se a uma área percebida com certa homogeneidade em relação a seu entorno que permite diferenciá-la do resto do tecido urbano.

> Os bairros são partes razoavelmente grandes da cidade na qual o observador “entra”, e que são percebidas como possuindo alguma característica comum, identificadora (LYNCH, 1960, p. 66).

Os pontos nodais são pontos estratégicos na cidade, onde o observador pode entrar, e que são importantes focos para onde se vai e de onde se vem. Os marcos visuais são elementos pontuais através dos quais o observador pode observar e se guiar através deles, podendo ser de diversas escalas, tais como torres, domos, edifícios, esculturas entre outros. A principal característica dos marcos visuais é a singularidade, algum aspecto que seja único ou memorável no contexto.

Para analisar a paisagem do IAPI é relevante resgatar as proposições de Lynch (idem) a respeito da relação entre homem e espaço, imagem e real, arquitetura, meio ambiente e desenho/paisagem urbana. A partir dessa ótica, a paisagem urbana deve ser analisada levando em consideração o conjunto de sensações experimentadas pelo observador nos vários ambientes. Porém, Lynch chama atenção para a importância das características individuais que, conjuntamente, estabelecerão os conhecimentos e as preferências sociais e culturais.

O conjunto habitacional em questão representa, na paisagem urbana, vários dos elementos estruturantes de Lynch (idem). As laterais delimitadas ora por grades, ora por muro, podem ser classificadas como limites. Além disso, o conjunto também pode ser considerado um bairro, por unificar características que o diferenciam de outras áreas da cidade. Outra característica de grande relevância para a constituição da paisagem é o fato do IAPI representar um marco visual de grande impacto. Atualmente, esse marco já está mais bem inserido no contexto urbano em função do crescimento da região, mas ainda funciona como elemento fundamental para a articulação e para a identidade da área.

A partir da etnografia foi possível perceber a proposição de Lynch (idem) na dimensão prática. Os moradores reconhecem o IAPI como um reduto interiorano praticamente no centro da cidade, relacionado não necessariamente como um bairro, mas como uma cidade pequena.

> Aqui todo mundo se conhece, porque são moradores antigos e muito unidos. Existe uma preocupação com o outro, tanto que os funcionários daqui, no geral, são também moradores. Eu mesma trabalho lá na portaria do bloco (III). Isso é diferente porque ajuda a manter o prédio bem limpo, já que nós que vivemos aqui. (CARLA, trecho da entrevista)

Em relação às delimitações como grade e muros, as entrevistas relatam que esses limites são permeáveis e permitem a entrada de pessoas que não são moradoras. Em relação à paisagem, é consenso entre os moradores o impacto e a representatividade que o IAPI exerce na região.

> Os moradores da Pedreira (Prado Lopes) vivem por aqui, já é normal *pra* gente. Na verdade, é até bom porque acaba reforçando a segurança, porque a gente se conhece. Mas é triste de ver como o condomínio é visto de uma forma tão ruim. As pessoas acham que aqui é perigoso, sujo e pobre. Mas *cê* tá vendo como é diferente, *né*? A gente sabe que tem a "cracolândia" ali no lado, é triste, mas isso não é o IAPI. (CARLA, trecho da entrevista)

A relação do IAPI com o entorno também aparece de forma muito explícita na fala dos entrevistados. Muitos moradores associam a atual conformação da Avenida Antônio Carlos como uma barreira, em função da dificuldade de cruzá-la após a última reforma concluída em 2010. A avenida que passou de 25 para 52 metros de largura tornou-se uma grande barreira, principalmente para os moradores do IAPI. Essa nova conformação fez com que os serviços se tornassem mais distantes, trouxe um grande impacto nos acessos para o IAPI e ainda aumentou o número de acidentes na região.

A partir dos relatos, ficou claro, como essa modificação no acesso trouxe mudanças na dinâmica interna do IAPI, seja através da mudança dos estabelecimentos escolhidos para acessar os serviços desejados, através das formas de acesso e no impacto que o trânsito trouxe para os moradores, criando situações de estresse e desconforto, principalmente para os mais idosos.

3.2.2. As intervenções no espaço físico

Após o período em que Carla viveu fora do IAPI, ela retornou para o condomínio com uma configuração familiar diferente: com filho e neto. Essa nova realidade demandou que ela modificasse o apartamento antigo. O apartamento original, localizado na torre III, possuía apenas um quarto e não se adaptava às novas necessidades.

> Se somar o tempo todo que moro aqui *dá uns* 23 anos (...) Criança e adolescente morava com meus pais, *né*? Aí depois a vida foi andando, mudei daqui pra Venda Nova, casei... Mas não dá, o IAPI é minha casa. (...) Lá eu tinha casa grande, com quintal e varanda, mas eu já *tava* acostumada

> com isso aqui. Eu separei e quis voltar *pra* cá, só que as coisas já *tavam* diferentes. Agora tenho filho e até neto...ficou meio complicado com esse apartamento pequeno. (CARLA, trecho da entrevista)

Por isso, Carla modificou o apartamento de maneira improvisada e conseguiu organizar um segundo quarto. Além disso, ela também fechou a varanda, originalmente prevista como área de jardim exclusiva de cada apartamento, para transformá-la em área de serviços. Essa modificação não é exclusiva de seu apartamento. Analisando as fachadas do IAPI é possível perceber que a maior parte dos moradores recorreram à mesma modificação.

> Tá vendo isso aqui? Tinha que ter outro quarto, coisa de privacidade, meu filho é adulto...Mas tô sem dinheiro pra fazer uma reforma direito aí consegui fechar desse jeito com madeira (...) Outra coisa é essa varanda antiga aqui. Era pra ser jardim em todos os apartamentos, mas com os anos as pessoas mudaram. Você vai conseguir ver isso pelo lado de fora. Era muito pequeno, quase não tinha área de serviço. E tem também que não pode quebrar muita coisa aqui. Então consegui resolver assim. Mas essa cozinha que me incomoda um pouco, é pequena e dentro da sala, né? (CARLA, trecho da entrevista)

Figura 5 - Sala do Apartamento da Carla, 2015. Fonte: acervo da autora

Figura 17 - Balcão da cozinha. 2015. Fonte: acervo da autora

Entrando no apartamento me deparei em uma sala estreita que termina na cozinha, demarcada pela presença de um balcão. Inclusive, foi nesse balcão onde a maior parte das conversas aconteceram.

> Apesar de ser pequeno e tudo, é minha casa. Esse não é o apartamento que eu cresci, mas fico feliz de estar de volta *no* condomínio. A estrutura daqui é muito diferente desses prédios novos: aqui a gente não escuta o que acontece na casa do vizinho, tem essas colunas *pra* coletar o lixo que *funciona* muito bem, os pátios, as passarelas. A arquitetura daqui não é interessante? Eu não conheço um conjunto habitacional que tenha tanta coisa boa como aqui. (CARLA, trecho da entrevista)

Analisando tecnicamente, pude perceber que as modificações internas foram feitas com dificuldades impostas pela arquitetura e pela estrutura do edifício. Dessa forma, é possível perceber como a arquitetura modernista engessa e dificulta a adaptação do espaço aos seus usuários. Apesar das dificuldades, as alterações foram feitas atingindo as necessidades da Carla.

Completando minha visão técnica, os relatos da Carla confirmam as dificuldades impostas pela arquitetura e pelas regras estabelecidas de adequação desses espaços. Os espaços foram rigidamente planejados, principalmente a cozinha e a estrutura do prédio. Essas características criam entraves que são driblados pelos contra-usos que os moradores estabelecem. No apartamento de Carla, por exemplo, a sala foi fechada com divisória em lâminas de MDF para a criação do quarto, instaladas pela própria moradora.

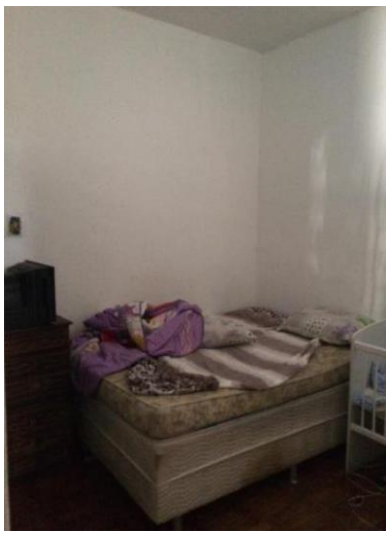

Figura 6 - Quarto novo, 2015. Fonte: acervo da autora

Figura 19 - Quarto original, 2015. Fonte: acervo da autora

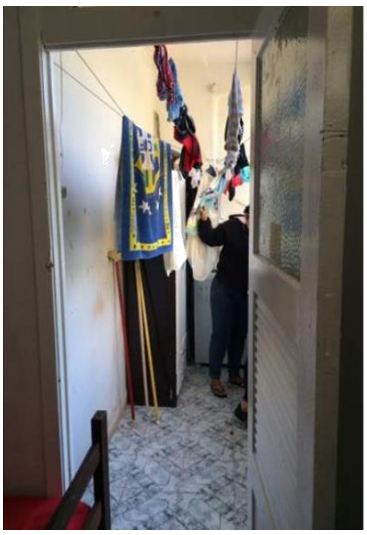

Figura 20 - Antiga varanda/jardim, 2015. Fonte: acervo da autora

Analisando as intervenções nos espaços referentes aos dois períodos abordados, a fundação de Belo Horizonte em 1897 e a construção da Pampulha/IAPI na década de 1940, é possível perceber similaridades de um planejamento bastante rígido,

mesmo em épocas história e socialmente diferentes. Essa rigidez de planejamento não impede que os espaços sejam apropriados de formas distintas das propostas, seja através de uma modificação do espaço interior das residências, da proposição de contra-usos ou até mesmo da apropriação de terrenos para criação de aglomerados e favelas.

A necessidade de repensar o modelo de planejamento urbano brasileiro se faz evidente a partir das problemáticas surgidas dos modelos de Belo Horizonte. Assim como Vicente Del Rio (2013) apresenta, é preciso rever os modelos segregacionistas e reducionistas a fim de desenvolver métodos mais eficazes e justos de desenho urbano.

> Os urbanistas brasileiros estão cientes de que a qualidade da cidade, a função social e o significado cultural do domínio público são pilares fundamentais da sociedade. Para se tornar totalmente eficiente como uma ferramenta social, o desenho urbano tem que se voltar cada vez mais na busca por uma cidade verdadeiramente pluralista e com especificidades culturais, e por um desenvolvimento social e econômico justo e equilibrado. (DEL RIO, 2013 p. 32)

3.3. A vida no conjunto habitacional a partir da experiência como moradora e parte integrante do contexto social

Após o início dessa pesquisa senti a necessidade de me aproximar de uma forma mais participativa da realidade da vida em um condomínio de habitação social. Por essa razão, mudei-me para o Condomínio Gênova no bairro Estoril em janeiro de 2016. Ainda que a realidade e a contextualização histórica do IAPI fossem diferentes do Condomínio Gênova, foi uma oportunidade para que eu pudesse experienciar a vida em um ambiente com mais de 400 moradores.

Construído na década de 1970, o Condomínio Gênova se caracteriza por uma proposta arquitetônica e urbanística muito mais simples do que o IAPI. A construção desse condomínio foi feita estritamente para suprir a necessidade de moradia do vetor Oeste de Belo Horizonte, sem que houvesse uma ideologia ou uma proposta arquitetônica grandiosa. Dessa forma, o conjunto é composto por quatro blocos subdivididos em outros dois. Esses blocos estão alinhados e conectados à rua por portarias independentes. As fotos abaixo mostram as diferenças na implantação do IAPI e do Condomínio Gênova:

Figura 21 - Implantação e entorno do Condomínio Gênova, 2017. Fonte: Google Maps

Figura 22 - Implantação e entorno do IAPI, 2017. Fonte: Google Maps

Sair de um prédio convencional com oito apartamentos e me mudar para um conjunto habitacional com mais de 500 moradores foi fundamental para sensibilizar meu olhar e minha percepção do espaço. Dessa forma, comecei a perceber o espaço da habitação social não mais a partir da visão estritamente técnica, mas sim a partir da visão de moradora. Com isso, comecei a entender melhor, principalmente, as questões pertinentes às relações sociais dentro do condomínio. Vivendo no Condomínio Gênova, no Estoril, passei a sentir, pela primeira vez, a sensação de anonimato dentro do ambiente doméstico. Um número tão grande de moradores, a alta rotatividade, a ausência de atividades coletivas e o pouco contato

entre os vizinhos fizeram com que eu sentisse a sensação de individualidade muito bem marcada.

Claro que com o passar do tempo, consegui estabelecer alguns laços, ainda que superficiais, com os funcionários do condomínio e com uma vizinha. Entretanto, sempre que estabelecia um comparativo com os relatos obtidos no IAPI, as diferenças nas relações sociais dentro dos dois condomínios ficavam evidentes. Ainda que o IAPI tivesse dez vezes o número de moradores que no Condomínio Gênova, as relações sociais no primeiro se aproximavam das características existentes em cidades interioranas, guardadas as devidas proporções.

A partir das fotos é possível perceber de forma mais clara a diferença espacial entre os dois conjuntos habitacionais. O primeiro foi claramente construído em função da rua, como mostra o alinhamento e a falta de espaços internos. Já o IAPI se mostra voltado mais para o interior, para as áreas comuns do que para as vias de circulação.

A partir da imagem acima já é possível perceber como no Condomínio Gênova há pouco espaço para área de lazer e convivência. De fato, as áreas abertas comuns se restringem aos estacionamentos e aos jardins localizados entre os blocos, como é possível ver pelas fotos abaixo:

Figura 23 - Jardim localizado entre os blocos do Condomínio Gênova, 2017. Fonte: acervo da autora

Figura 24 - Área de estacionamento do Condomínio Gênova, 2017. Fonte: acervo da autora

Essa estrutura física em muito se distancia da proposta do IAPI, que traz a ideia de trabalhar a habitação junto com o lazer e os serviços. Por essa razão, pude constatar grandes diferenças no modo de vida como as formas de uso das áreas comuns abertas. No IAPI, essas áreas livres são mais do que espaços vagos, elas são elementos articuladores entre a vida doméstica e o espaço público, recebendo diversas atividades, inclusive de pessoas que não são moradores. É importante ressaltar que o IAPI nem sempre foi contornado por muros. A proposta inicial era de um conjunto habitacional que se relacionasse diretamente com rua. Entretanto, com a marginalização do entorno, o condomínio optou por colocar muros e grades para dificultar um pouco, mas não impedir, de fato, a entrada de visitantes.

Já no Condomínio Gênova, as áreas livres estão concentradas em jardins localizados entre os blocos que não são usados pela maior parte dos moradores e nas áreas de estacionamento. Essas áreas são utilizadas pelas crianças que vivem no condomínio, mas não possibilitam uma vivência mais ampla do espaço.

Através dessa vivência e do comparativo que pude estabelecer entre os dois conjuntos, ficou claro como a proposta arquitetônica influencia diretamente as relações sociais que serão estabelecidas dentro do espaço. Ainda que a proposta modernista do IAPI seja passível de várias críticas, ela também deve ser reconhecida pelos seus ganhos. Enquanto as áreas livres no Condomínio Gênova foram feitas de forma pouco cuidadosa, as áreas livres do IAPI foram minuciosamente planejadas, pensando em uma vida para além dos apartamentos. O IAPI traz em sua estrutura, além das torres de apartamentos, uma praça, playground, quadras poliesportivas, escola, igreja e lojas voltadas para o comércio.

Figura 25 - Quadra do IAPI, 2012. Fonte: Veja BH

Figura 26 -Área entre os blocos do IAPI, 2016. Fonte: Jornal Belvedere

O reflexo desse tipo de estrutura nas relações sociais é muito evidente. No Condomínio Gênova, embora existam moradores desde a inauguração do empreendimento ainda residentes, as relações são muito mais voláteis. O sentimento de pertencimento não tem a força que existe no IAPI e, embora seja um condomínio muito menor, a rotatividade do989s moradores parece ser mais alta, segundo os relatos obtidos, em função da proximidade com as faculdades do bairro.

Após esse período, mudei para o Conjunto Habitacional Pouso Alegre, localizado no bairro Santa Tereza. Nesse novo cenário, busquei desenvolver a mesma proposta de análise para perceber a relação dos moradores com as áreas comuns.

Logo na primeira semana fui abordada por uma antiga moradora que se aproximou para saber sobre mim. Essa primeira abordagem me chamou atenção por nunca ter vivido isso no antigo condomínio, sobretudo pelo conjunto do bairro Santa Tereza contar com mais 800 moradores, em média. Outro fato que me chamou a atenção foi quando outro morador me procurou em meu apartamento para dar as boas-vindas e oferecer ajuda quando necessário. Essa relação de proximidade e de interesse no outro chamou minha atenção e chegou a causar, até mesmo, um certo estranhamento.

Ao longo do tempo passei a observar as atividades e a analisar as relações sociais que ocorriam nas áreas comuns. Consegui perceber, claramente, como os moradores utilizam dos espaços e estabelecem contra-usos, principalmente nas áreas de estacionamentos para exercerem outras atividades. Após o levantamento dessas percepções obtidas a partir da etnografia, busquei traçar análises comparativas com o IAPI e obtive similaridade em alguns hábitos nos dois condomínios.

Composto por uma estrutura muito diferente tanto do IAPI quanto do Condomínio Gênova, o Conjunto Pouso Alegre se caracteriza principalmente por estar dividido, a partir da portaria central, em dois grandes setores de distribuição dos blocos de apartamentos. Ainda que não exista uma única centralidade, cada um dos blocos possui um pátio em frente às portarias dos blocos. Esses pátios se caracterizam pela presença de jardins, área para estacionamento, calçadas e áreas de lixeiras. Os moradores utilizam amplamente esses espaços ao longo do dia. Além das

crianças, vários moradores o utilizam para passear com animais de estimação, conversar e fazer atividades aberta a todos, como piquenique e eventos culturais.

Figura 27 - Implantação do Conjunto Habitacional Pouso Alegre, 2017. Fonte: Google Maps

O conjunto habitacional do Santa Tereza também não possui uma proposta e um ideal arquitetônico tão forte como o IAPI, entretanto, as áreas comuns disponíveis são muito mais amplas e iluminadas do que as áreas da Condomínio Gênova. Em função dessa diferença, diretamente relacionada à arquitetura, os usos e, consequentemente, as relações sociais ocorrem de forma muito distintas. Ainda que no Conjunto Habitacional Pouso Alegre não exista uma estrutura tão complexa quanto no IAPI, os moradores conseguem utilizar as áreas disponíveis a partir de interferências momentâneas como bancos e mesas de plástico, o uso dos degraus e dos jardins.

Figura 28 - Rua interna de acesso aos blocos do Conjunto Habitacional Pouso Alegre, 2017. Fonte: acervo da autora

Figura 29 - Pátio entre os blocos do Conjunto Habitacional Pouso Alegre, 2017. Fonte: Google Maps

Analisando os três conjuntos habitacionais, foi possível ter uma visão mais ampla a respeito do uso dos espaços comuns e perceber os aspectos positivos modernistas nesse quesito. Com exceção do IAPI, todos eles se fecham para o espaço público e criam espaços isolados, o que não garante a segurança, por exemplo. Durante os dois anos em que vivi no Condomínio Gênova ocorreram três casos de assaltos, enquanto os relatos dos morados do IAPI reportam uma maior sensação de segurança.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões e levantamentos históricos apresentados ao longo do texto geraram, nessa etapa da pesquisa, um momento de inquietação em relação às percepções e expectativas que acumulei ao longo do tempo. Com o desenvolvimento da pesquisa etnográfica envolvendo a visão arquitetônica e antropológica, fui capaz de perceber situações que confrontaram a perspectiva pessoal que desenvolvi ao longo do tempo sobre o Modernismo.

Analisando o planejamento, a construção e a expansão de Belo Horizonte, é possível perceber um distanciamento entre as propostas e a realidade local. Essas discrepâncias estão presentes desde o traçado ortogonal para uma cidade de topografia acentuada, passando pela segregação espacial com a delimitação da Avenida do Contorno até a construção do Complexo Arquitetônico da Pampulha.

Durante todo esse processo de formulação do espaço urbano de Belo Horizonte aqui abordado, é possível perceber uma carência de diálogo com as pessoas que ocupariam esses espaços. Em nenhum dos registros utilizados encontrei referências da participação popular no processo de urbanização de Belo Horizonte. Já o distanciamento do planejamento urbano e arquitetônico em relação às pessoas é facilmente notado ao longo do processo, principalmente em relação às classes mais baixas. No caso da construção de Belo Horizonte, no final do século XIX, o planejamento foi feito em função da elite do funcionalismo público e envolveu as classes operárias apenas no processo da execução das obras. Essa solução resultou em bairros nobres, minimamente planejados e em uma expansão urbana excludente que originou as favelas em Belo Horizonte. O período referente à década de 1940, também revela um processo de expansão urbana que reforça os ideais elitistas da construção da capital, com o processo de abertura de avenidas e com o processo de modernização da cidade.

Dentro desse cenário histórico de elitização da capital, vários mecanismos foram criados para contenção do crescimento urbano que colocava em risco o padrão elitista. Dentre esses mecanismos, ao longo do texto foram apresentados a construção dos conjuntos habitacionais, especialmente do IAPI, e os muros da Pampulha. A partir daí, busquei compreender a relação das pessoas com esses

espaços para entender o impacto da proposta da arquitetura modernista nos contextos analisados.

No decorrer da pesquisa, os fatos históricos, analisados criticamente, revelaram como a construção do IAPI tem uma estreita relação com a proposta de higienizar o único acesso, naquela época, para a Pampulha. A Pedreira Prado Lopes, que começou a ser ocupada em 1900, já representava uma ameaça à paisagem urbana, almejada pelo poder público para a região central da cidade, com seus barracos construídos pelos operários que trabalhavam nas obras de construção da capital.

A partir dessa perspectiva, é possível fazer a leitura de que o crescimento urbano em Belo Horizonte continuava sendo direcionado pelos interesses econômicos elitistas. Reforçando essa perspectiva, com a construção do IAPI, o início da Habitação Social na cidade, além de reforçar as ideias higienistas, também trazia a atenção internacional para a arquitetura modernista no Brasil.

Para analisar os impactos da arquitetura modernista e a ocupação desses espaços, foi fundamental entender a construção de Belo Horizonte, a contextualização do projeto da Pampulha, do IAPI e a relação entre eles. Enquanto as obras da Pampulha eram construídas com o objetivo de desenvolver e aprimorar o experimento modernista de JK e Niemeyer, surgiu a necessidade de cuidar do acesso ao novo bairro e da paisagem urbana. Nesse ponto surgiu o IAPI com o caráter de habitação social, embora ele não tenha conseguido suprir o déficit habitacional da região. O IAPI, enquanto elemento arquitetônico, funcionou como uma barreira visual que tinha o objetivo de “esconder” um problema social e manter “limpa” a paisagem do acesso para o novo bairro elitizado. As torres do conjunto impactaram em muito a paisagem urbana de Belo Horizonte e contribuíram diretamente para a consolidação do tecido urbano da região.

Após fazer essa análise dos elementos arquitetônicos, surgiu a necessidade de imergir em cada um dos contextos estudados para perceber as características exclusivas de cada um deles e a relação das pessoas com os espaços. Foi a partir dessa etapa etnográfica que pude confrontar minhas pré-concepções acerca das relações sociais nos espaços modernistas e perceber características que não tinha conhecimento.

Para analisar de forma mais completa e buscar referências comparativas escolhi dar visibilidade a outros contextos de habitação social para compreender melhor como as relações ocorrem dentro desses condomínios. Com essa alternativa não foi meu intuito mudar o foco da pesquisa ou discorrer sobre outras propostas arquitetônicas, mas sim criar um diálogo comparativo e encontrar possíveis conclusões através da percepção e da vivência dos espaços.

A partir das duas diferentes experiências enquanto pesquisadora e moradora, consegui estabelecer uma lógica explicativa para as diferenças nas relações sociais entre o Condomínio Gênova, Conjunto Habitacional Pouso Alegre e IAPI: acredito que o principal fator para modelos de relações sociais e uso das áreas comuns tão diferentes esteja associado com a posição em relação à rua e com a abertura e luminosidade das áreas comuns. Para chegar a essa conclusão analisei os principais fluxos dentro dos três condomínios e percebi que: a) o fato de Condomínio Gênova estar organizado de forma a priorizar acessos independentes para a rua e de ter áreas comuns sem grande investimento arquitetônico e pouco iluminados naturalmente dificulta a utilização desses espaços de tal forma que os moradores preferem ir à rua para praticar atividades físicas ou passear com os animais de estimação; b) no Conjunto Habitacional Pouso Alegre, embora não exista um grande investimento em soluções arquitetônicas para as áreas comuns, o fato de o condomínio ter espaços grandes, amplos e, durante o dia, bem iluminados, favorece os usos desses espaços para encontros, passeios e recreações entre pessoas de diferentes idades; c) o fato de o IAPI possuir as características de amplitude e iluminação, associado às potencialidades e infraestrutura evidenciadas pelo planejamento, além de estabelecer uma relação de diálogo com as ruas do entorno, gerou um espaço fértil para o uso das áreas comuns e manifestação de diferentes relações sociais.

Além das áreas comuns, também acabei estabelecendo uma relação comparativa entre os três condomínios a respeito das modificações dos espaços internos dos apartamentos. Nos três casos as mudanças são bastante restringidas pelo sistema construtivo e pelas regras de condomínio. Com isso, pude perceber que as restrições espaciais não estão diretamente associadas ao estilo arquitetônico, mas sim ao interesse imobiliário em aumentar a área a ser comercializada. No início da pesquisa cheguei a associar essa característica ao modernismo, porém a partir dos

outros condomínios analisados pude perceber que essa característica se repete em diferentes períodos e estilos arquitetônicos, inclusive nas produções arquitetônicas recentes.

Percebendo a produção modernista a partir da Pampulha, enquanto um conjunto, e do IAPI, surgiram muitas indagações e lacunas possíveis de serem aprofundadas. Entretanto, pela necessidade de estabelecer um recorte foi necessário focar na relação das pessoas com os espaços no sentido da apropriação. A escolha desse viés, porém, se deu de forma muito natural e aconteceu com o tempo de pesquisa.

Dentro da arquitetura, o formalismo modernista é alvo de muitas discussões e motivo para críticas ao estilo. Em função disso, durante grande parte da pesquisa fui motivada a partir dessa perspectiva para analisar os espaços internos e externos em questão. Entretanto, mesmo com meus apontamentos ainda existentes sobre essa temática, com o amadurecimento da pesquisa fui capaz de reconhecer que:

> A arquitetura moderna brasileira dificilmente seria tão expressiva em outro contexto político e provavelmente não teriam atingido soluções tão particulares, como Pampulha (1940), Pedregulho (1947), Brasília (1956), entre outras tantas manifestações, que a tornou notória mundialmente. Talvez o aspecto mais interessante que vale questionar não está exatamente no aspecto formal, mas consiste em avaliar a que custos e em detrimento de que essas realizações foram possíveis. (NERY, 2005 P. 13)

A partir disso, foi inevitável que a análise física do espaço fosse estabelecida a partir da compreensão tanto das relações históricas que deram origem ao estabelecimento da Pampulha e do IAPI, quanto das relações sociais que se desenvolveram ao longo do tempo.

Em função dessa necessidade demandada pela pesquisa, as análises do espaço físico modernista me levaram a percepções muito claras da capacidade de interferência dos usuários nos espaços. Analisando as áreas de serviço e cozinhas dos três conjuntos habitacionais, percebi que o IAPI se diferencia por possuir, nesse setor doméstico, a maior rigidez e menor qualidade de conforto. Entretanto, os moradores estabeleceram formas de modificar esses espaços, mostrando que a rigidez prevista pelo modernismo não foi imutável e que as pessoas têm uma forte capacidade de modificar a arquitetura.

Dentro dessa constatação da agência das pessoas nos espaços, fica clara a força da arquitetura em criar espaços manipuladores, mas também fica muito evidente a

capacidade das pessoas de interferir e criar mecanismos que adequem os espaços às suas necessidades. Dentro da concepção modernista de planejamento extremamente detalhado, desde a implantação até a escolha dos acabamentos, foi possível perceber as características positivas e negativas desse estilo a partir da etnografia. No caso do IAPI, foi possível perceber, no apartamento, a menor dimensão do planejamento, características restritivas criadas a partir um conceito homogeneizador das pessoas, como a ausência de uma área de serviço adequada ao padrão sociocultural brasileiro. A referência utilizada pelo modernismo era o padrão europeu e americano de cultura em que as máquinas já estavam muito mais inseridas no contexto doméstico, por exemplo as lavadoras, secadoras e etc. No Brasil dos anos de 1940 esses artifícios ainda eram e, em vários contextos, ainda continuam escassos. Em função dessa descontextualização, o projeto dos apartamentos não atendeu grande parte dos moradores e demandou intervenções no espaço. Já no caso da Pampulha, a concepção da lagoa não respeitou o contexto local de deficiência do sistema de coleta e tratamento de esgoto, realidade esta que perdura até os dias atuais. Associada ao conjunto de soluções arquitetônicas, a lagoa passou por um processo de adequação aos problemas já existentes e agravados pela implantação do conjunto.

Dessa forma, é possível perceber como o modernismo se manteve deslocado do contexto brasileiro, em alguns aspectos, e como essa inadequação demandou uma agência e um posicionamento dos usuários para adaptar o espaço concebido às reais necessidades. Por outro lado, é possível notar que o modernismo se preocupou em criar espaços destinados às relações sociais, seja no contexto da habitação social ou do complexo elitista. Além de um grande investimento nos aspectos relacionados ao conforto, a estética e a qualidade construtiva.

A partir de todos os pontos levantados, fica claro a importância e ao mesmo tempo o impacto exercido pelo modernismo na constituição da cidade de Belo Horizonte. A experiência etnográfica, aliada às análises técnicas, foi fundamental para uma leitura mais rica do espaço e para que várias outras questões me saltassem como possibilidades de futuras pesquisas. Para dar continuidade aos resultados alcançados e perceber o campo abordado a partir de um panorama mais amplo, vejo a necessidade de uma análise mais aprofundada sobre o sentimento de

pertencimento dentro do IAPI analisando as dinâmicas internas e as relações entre os moradores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Arquivo Público Mineiro. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/> Acesso em: 26 de junho de 2015

ARRAIS, A. Cristiano. Belo Horizonte, a La Plata brasileira: entre a política e o urbanismo moderno. In: Revista UFG / Junho 2009 / Ano XI nº 6

BAESSO, Renata. A Arquitetura Complementando O Traçado Urbano. Os Primeiros Anos Da Nova Capital De Minas (1895/1930).

BATALLER, Maria Alba Sargatal; BOTELHO, Maurilio Lima. O Estudo da Gentrificação. Revista Continentes, [S.l.], n. 1, p. 9-37, jul. 2012. ISSN 2317-8825. Disponívelem:<http://www.revistacontinentes.com.br/continentes/index.php/continentes/article/view/5>. Acesso em: 21 nov. 2017.

BENÉVOLO, Leonardo. História da Cidade . São Paulo: Perspectiva, 1999.

CALDEIRA, Teresa. Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: EDUSP, 2003.

CHOAY, Françoise. L'urbanisme, utopies et réalités: une anthologie. Paris: Éditions du Seuil, 1965.

COSTA, Maria Clelia Lustosa Costa. O Discurso Higienista Definindo a Cidade. Mercator, Fortaleza, v. 12, n. 29, p. 51-67, set./dez. 2013.

COSTA, S. Ana Carolina e ARGUELHES, O. Delmo. A higienização social através do planejamento urbano de Belo Horizonte nos primeiros anos do século XXI, 2009.

DELGADO, G; DEMARZO, M.; PORTO, A; SECCO, C; VERBICARO, C. A influência "Hassmanniana" nas Intervenções Urbanísticas em Cidades Brasileiras. Disponível em:<https://www.researchgate.net/profile/Mauro_Demarzo/publication/267789211_A_Influencia_Haussmanniana_nas_Intervencoes_Urbanisticas_em_Cidades_Brasileir

as/links/556e27ff08aec2268308c344/A-Influencia-Haussmanniana-nas-Intervencoes-Urbanisticas-em-Cidades-Brasileiras.pdf> Acesso em: 29 de junho de 2017

DEL RIO, Vicente e SIEMBIEDA, William. (org.) Desenho Urbano Contemporâneo No Brasil. 1ª ed. Rio de Janeiro. LTC, 2013.

FOUCAULT, Michel. O nascimento da Medicina Social. In FOUCAULT, M. Microfísica do poder. Rio, Ed.Graal, 1984

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Tradução de L. M. Pondé Vassalo. Patrópoles: Vozes, 1987.

HALBWACHS, M. A memória coletiva. Trad. de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

LEFEBVRE, Henri. A produção do espaço. Tradução de Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev.2006 Disponível em: < http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/arq_interface/1a_aula/A_producao_do_espaco.pdf> Acesso em: 29 de junho de 2017

LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade, São Paulo, Ed. Moraes, 1991.

LYNCH, Kevin. The image of the city. Cambridge: The M.I.T. Press, 1960.

MAUSS, Marcel e DURKHEIM, Émile. Quelques formes primitives de classification: contribution à l'étude des représentations collectiver. In Oeuvres, vol II, Paris, Les Editions de Minuit, pp.13-89 1903, 1969

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre as variações sazoneiras das sociedades esquimós. In Sociologia e Antropologia, vol. 2, São Paulo, EPU, pp.237-331. 1904/5,1974

NERY, Juliana C. O IAPI de Belo Horizonte - entre proposta social e propaganda ideológica.. In: VI Seminário Nacional DOCOMOMO/Brasil, 2005, Niteroi. Anais do VI Seminário Nacional DOCOMOMO/Brasil, 2005

PEREIRA, Elenita Malta e WEBER, Regina. Halbwachs e a memória: contribuições à história cultural. Revista Territórios e Fronteiras V.3 N.1 – Jan/Jun 2010 Programa de Pós-Graduação – Mestrado em História do ICHS/UFMT

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. Como e Quando Pode um arquiteto virar antropólogo? In: VELHOR, Gilberto (org.) Rio de Janeiro, Editora Campus, 1980, p. 37-57.

SILVANO, Filomena. Antropologia do Espaço: uma Introdução, Oeiras, Celta, 2001.

ZARANKIN, Andrés. Paredes que domesticam: Arqueologia da arquitetura escolar capitalista: O caso de Buenos Aires. Tese de doutorado apresentada ao departamento de História do IFCH da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.